



Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 1.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 11 de dezembro de 2019.**
 - 2. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 02 de janeiro de 2020.**
 - 3. Deliberação n.º 15/20 – Proposta n.º 01/2020 – GAP – Declaração do Rivoli – Suspensão da transferência de competências para os municípios – Ratificação.**
 - 4. Deliberação n.º 16/20 – Proposta n.º 11/2020 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Plano de Atividades Municipais e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 5. Deliberação n.º 17/20 – Proposta n.º 12/2020 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 1.ª ao Orçamento da Receita.**
 - 6. Deliberação n.º 18/20 – Proposta n.º 01/2020 – DURB/DITA - Isenção do pagamento das taxas inerentes ao pedido de comunicação prévia - Paróquia do Coração de Maria - Nova Azeda - São Sebastião.**
 - 7. Deliberação n.º 19/20 – Proposta n.º 01/2020 – DRH/DIGAT - Gestão dos recursos humanos em função do Orçamento e do Mapa de Pessoal aprovados para o ano de 2020 - Montante dos encargos.**
 - 8. Deliberação n.º 20/20 – Proposta n.º 02/2020 – DRH/DIGAT - Processo Disciplinar n.º 6/2019 – DRH/PH contra Ana Cristina Cordeiro Monteiro.**
 - 9. Deliberação n.º 21/20 – Proposta n.º 03/2020 – DRH/DIGAT - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020.**
 - 10. Deliberação 22/20 – Proposta n.º 01/2020 – GAF – Adenda à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão, a União das Freguesias de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião “aquisição de massas asfálticas”.**

11. **Deliberação n.º 23/20 – Proposta n.º 02/2020 – DOM/DIHAB – Contratos de arrendamento apoiado – Alteração de valor de indemnização, por mora do locatário.**
 12. **Deliberação n.º 24/20 – Proposta n.º 03/2020 – DOM/DIHAB – Aceitação de doações no âmbito do desenvolvimento do projeto “Férias no Bairro”, abrangido pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”.**
 13. **Deliberação n.º 25/20 – Proposta n.º 04/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Normalização do Valor Patrimonial Tributário para efeitos de cálculo da Renda Máxima nos arrendamentos dos fogos municipais em Regime do Arrendamento Apoiado.**
 14. **Deliberação n.º 26/20 – Proposta n.º 05/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal - Bairro 25 de Abril – Avenida Infante D. Henrique, 14 – r/c Dt.º.**
 15. **Deliberação n.º 27/20 – Proposta n.º 06/2020 – DOM/DIHAB – Extinção de dívidas de renda de habitação pública municipal de pequeno montante de ex-arrendatários.**
 16. **Deliberação n.º 28/20 – Proposta n.º 07/2020 – DOM – Empreitada CPU50/17/DOM – Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de S. Filipe - Extinção do contrato.**
 17. **Deliberação n.º 29/20 – Proposta n.º 08/2020 – DOM/DIHAB – Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Maxiclínica.**
 18. **Deliberação n.º 30/20 – Proposta n.º 02/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – apoio financeiro no período de janeiro a abril de 2020.**
 19. **Deliberação n.º 31/20 – Proposta n.º 03/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolos de colaboração e apoio financeiro às Instituições parceiras nos Projetos Desportivos Municipais “Desportivamente em (Re)Forma” e “Desporto nas Escolas de 1.º Ciclo – Natação”.**
 20. **Deliberação n.º 32/20 – Proposta n.º 04/2020 – DCDJ/DIDES – Clássica da Arrábida em Ciclismo 2020-2022 – Contrato Programa.**
 21. **Deliberação n.º 33/20 – Proposta n.º 05/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Cooperativa Cultural, CRL.**
 22. **Deliberação n.º 34/20 – Proposta n.º 06/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio à Banda Filarmónica da Sociedade Filarmónica Providência.**
 23. **Deliberação n.º 35/20 – Proposta n.º 07/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Animação de Setúbal – Centro Cultural de Setúbal – CRL.**
 24. **Deliberação n.º 36/20 – Proposta n.º 08/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo Teatro do Elefante – Ação Cultural – C.R.L.**
 25. **Deliberação n.º 37/20 – Proposta n.º 09/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Estúdio Fontenova.**
 26. **Deliberação n.º 38/20 – Proposta n.º 02/2020 – DES/GABS – Aceitação de doações - Natal Solidário 2019.**
- C) **Período destinado à intervenção do Público.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente dos mapas relativos aos despachos proferidos, no âmbito do seu gabinete e do Departamento de Urbanismo (incluindo Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente Ata, sob os registos n.º s 1 a) a 3.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, para ajudar a sedimentar a perceção com que tinha ficado de uma resposta dada pelo Sr. Vice-Presidente, na última sessão da Assembleia Municipal, queira perguntar se, como tinha entendido, havia uma iniciativa conjunta, da Câmara Municipal e do IHRU, para poderem fazer a limpeza dos terrenos ao pé da Cachofarra onde havia construções ilegais e não permitirem aquele tipo de edificação, se é que assim se lhes podia chamar.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinham tido conhecimento que a Herdade da Comenda tinha um novo proprietário. Regozijavam-se com esse investimento, porque era um património cultural, arquitetónico e natural que estava ao abandono e a decair. Portanto, era bom saber que existia um novo investidor para aquela zona.

No entanto, existiam fundadas preocupações, entre a comunidade que utilizava a serra, com algumas placas de passagem proibida que tinham sido colocadas em locais que, sendo propriedade privada, tinham tido utilização pública durante décadas. A informação que tinham era aquela que tinha vindo na comunicação social, pelo que gostariam de saber quais eram as intenções do atual proprietário e o que é que a Câmara podia fazer para garantir e dar continuidade a essa utilização pública.

A Câmara tinha apostado muito, nos últimos anos, no ecoturismo, em desporto nos trilhos - e bem, porque era um equipamento que estava ao nosso dispor. Como é que ia ser feita essa questão? Ia ser possível manter e continuar a utilizar, ou não, o parque de estacionamento da Albarquel e o moinho dos escuteiros? Não sabia se a Capela de São Luís estava afetada por aquela zona, ou não, já para não falar do Parque de Merendas da Comenda.

Existia muita falta de informação, o que levantava muito diz-que-disse nas redes sociais. Estavam a tentar perceber o que é que a Câmara Municipal os podia informar, pois, embora na última sessão da Assembleia Municipal isso tivesse sido questionado, o Sr. Vice-Presidente tinha dado uma resposta muito genérica. Gostariam de saber algo mais concreto sobre a utilização desses espaços.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que tinha uma questão relacionada com a intervenção que estava a ser feita na Estrada dos Ciprestes. Gostaria de saber se havia alguma solução ou se havia alguma intervenção prevista para o antigo edifício das Águas do Sado e (ainda) da EDP, porque tinha lá um posto de média tensão.

Aquele espaço não dignificava aquilo que estava a ser feito na Estrada dos Ciprestes, que melhorava uma das principais entradas da cidade. Gostaria de saber o que é que estava previsto para esse edifício.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que se tinha esquecido de referir que, obviamente, esperavam que o Parque Natural da Arrábida ou o ICNF tivessem uma palavra importantíssima a dizer quanto à questão da Herdade da Comenda. Queria lembrar que a questão não estava só num dos lados, havia várias entidades que geriam aquela área.



Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria deixar a sua intervenção para o final, considerando o âmbito da mesma. Era uma nota muito simples, embora a considerasse relevante. Queria prestar uma sentida homenagem ao Sr. Domingos Vieira, que tinha falecido e que merecia a maior consideração, um homem que estava indelevelmente ligado ao desporto da cidade de Setúbal e, em particular, a sua Meia Maratona. Tinha sido um incansável promotor do atletismo, em particular da Meia Maratona, que tinha chegado a ter a presença de notáveis atletas históricos quando havia poucas meias maratonas em Portugal. Em nome da Câmara Municipal, queria deixar condolências à família e prestar uma homenagem ao Sr. Domingos Vieira, que também tinha sido trabalhador da Câmara Municipal.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que se associavam, obviamente, aquele voto de pesar.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, naturalmente, se associava ao voto de pesar.

Sra. Presidente – Disse que pedia um minuto de silêncio, porque não tinha havido tempo para fazer um voto de pesar escrito.

O Sr. Domingos Vieira tinha dado muito à Câmara Municipal, enquanto trabalhador da casa, mas, também, tinha dado muito ao desporto, particularmente ao atletismo. Em momentos difíceis da economia portuguesa, quando a Câmara não tinha dinheiro para o subsidiar, ele nunca tinha perdido a esperança.

Na época, era vereadora e iam os dois bater às portas de algumas empresas que sempre os tinham ajudado, para que aquela prova de atletismo não morresse. Se a prova continuava viva era porque, de facto, não tinha havido interregno e muito se lhe tinha ficado a dever a ele. Era de toda a justiça fazer-se um minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

Sra. Presidente – Disse que tinham estado a pressionar e que o IHRU já devia ter limpo os terrenos no ano passado mas tinha chegado ao final do ano e tinha dito que não tinha verba no orçamento. Estavam à espera que acontecesse a qualquer momento, senão teria que haver, novamente, alguma pressão. O Sr. Vereador Pedro Pina iria reunir com eles na próxima semana.

A Comenda era propriedade privada. Não havia, sequer, situações de direito de passagem que pudessem salvaguardar algumas passagens. Já tinham reunido com os atuais proprietários, que lhes tinham dado conta de que iria ser feito. Era mesmo para utilidade privada, para um casal viver. Portanto, tinham solicitado a utilização dos trilhos, porque tinham sido um dos municípios que tinha iniciado a Associação Caminhos de Santiago e um dos trilhos era um dos caminhos de Santiago.

Havia autorização, mediante aprovação dos proprietários. Tinha mandado para lá todos os mapas dos trilhos, para serem utilizados pelas bicicletas, e do trilho da peregrinação a Santiago. A resposta foi que concordavam mas a Câmara Municipal tinha que pagar tudo o que fosse estragado. Era justo pela parte deles, mas não era justo que fosse a Câmara Municipal a pagar tudo o que as pessoas pudessem estragar nesses caminhos. Se as pessoas com as bicicletas partissem vegetação que eles entendessem que tinham que repor seria um saco sem fundo. Iam fazer uma contraproposta, ainda não estava nada decidido relativamente a isso.

Quanto ao parque de estacionamento da Albarquel, a propriedade também era deles. Ainda não tinham resposta ao pedido que tinham feito, para poderem gerir aquele espaço durante “x” anos e fazerem um parque, para poderem acomodar melhor as viaturas das pessoas que fossem para a praia ou quisessem visitar o local sem ser na época de praia. Ainda estavam à espera da resposta.

9

Em relação ao Parque de Merendas da Comenda, estava muito a prazo. Era uma situação em que tinham dito logo que iriam estar na defesa da utilização pública. Aquilo não tinha que ser público, tinha que passar para a esfera da utilização pública. Tinham-lhes garantido este ano e tinham respondido que não aceitavam. Iam ver como é que decorria o próximo ano, até porque, como era sabido, havia muito gente a fazer lá acampamentos e fogueiras muito perto da casa. Desde que começaram as obras, já lá tinham ido duas vezes limpar e tirar de lá coisas que as pessoas tinham deixado por ali. Iam aumentar o muro de acesso ao bocadinho de praia que aquilo tinha, porque era tudo privado.

Tinham autorizações, quer do parque, quer nossas. Em relação à recuperação da casa, tinham só feito a informação, porque não havia nenhuma alteração. Já tinham mudado o telhado, os pisos e as lajes estavam a cair e a casa estava a ser reposta tal como era. Portanto, não tinha que haver licença. De acordo com a lei, tinham que dar informação e tinham-na dado, tinham tido conhecimento da informação.

O que os preocupava era a utilização do Parque de Merendas da Comenda. Iam ver como é que corria o verão, como é que corriam as coisas. Estavam a tentar minorar alguns abusos, para, depois, não ficarem sem nada. Por causa de alguns abusos podiam ser todos a ficar sem nada. Portanto, estavam a tentar informar as pessoas, para utilizarem na justa medida de um piquenique, para deixarem as coisas limpas e saírem. Os abusos podiam levar à decisão definitiva de as pessoas não quererem que aquilo continuasse a ser utilizado publicamente.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que o cenário que a Sra. Presidente tinha traçado não era muito otimista. Por acaso, em relação ao Parque de Merendas da Comenda, a Vereadora Sandra Gomes, havia pouco tempo, tinha feito uma proposta de se criar um regulamento de utilização, para evitar abusos. Chegava-se ao ridículo de as pessoas irem para lá de madrugada para marcar mesa. Isso também refletia a utilização intensiva que aquele espaço tinha, por parte dos setubalenses.

De repente, parecia que Setúbal um dia tinha acordado cercada de Tróia, havia vários anos, de um lado, e a escapatória que tinha para a serra, de repente, com uma nova fronteira. Especialmente se pensarmos que a praia de Albarquel até ia ter a possibilidade de crescer e de ter ali, verdadeiramente, a praia da cidade, com as pessoas a poderem ir a pé, parecia-lhes, realmente, uma atitude hostil por parte do proprietário.

Era propriedade privada, obviamente, mas a Câmara e o Parque deviam tentar chegar a um acordo para utilização de alguns espaços fundamentais. Pensava que o Parque das Merendas da Comenda estava salvaguardado de forma mais sólida. Iam aguardar que a Sra. Presidente lhes trouxesse mais informação.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, contrariamente a outras que tinham sido discutidas na opinião pública, naquela matéria a Câmara Municipal podia contar com todos os partidos e com a população. Portanto, estariam todos juntos na defesa dos interesses da população.

Sra. Presidente – Disse que, em relação ao edifício das Águas do Sado, havia a promessa de haver, minimamente, alguma recuperação. Quando as obras em curso no local acabassem, as Águas do Sado iriam começar a pintar e a recuperar o edifício.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que não sabia se tinha estado previsto um plano de recuperação desse espaço, mas pensava que, do ponto de vista técnico, todos os cabos de média tensão que passavam sobre a Estrada dos Ciprestes e atravessavam o Parque Urbano da Várzea poderiam ser enterrados, em vez de serem aéreos. Não sabia se isso teria custos elevados, mas era uma pena que não fosse feito.

Sra. Presidente – Disse que ainda não estavam a tratar disso, estavam a fazer o projeto da iluminação para a várzea e, aí, ia haver enterramento.

Sra. Presidente – Leu a seguinte saudação à nova direção do Vitória Futebol Clube, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4:

“A Câmara Municipal de Setúbal felicita a nova direção do Vitória Futebol Clube escolhida no ato eleitoral realizado no passado dia 17 de janeiro e manifesta o desejo de que possa concretizar tudo o que propôs no programa apresentado aos associados.

Saúdam-se, igualmente, os restantes quatro candidatos que foram a votos que, desta forma, demonstraram a enorme vitalidade associativa do Vitória. Também eles são credores de uma saudação municipal por, com as respetivas candidaturas, darem um exemplo de profundo empenho na vida e nos destinos vitorianos.

A Câmara Municipal deseja os maiores sucessos aos novos dirigentes na procura das necessárias soluções que permitam alcançar mais e melhores sucessos desportivos, ter cada vez maior implantação e ligação à cidade e ao concelho e assegurem a resolução dos complexos problemas que estão em cima da mesa de quem vai continuar a dirigir a grande família vitoriana.

A edilidade continuará a ser, como sempre, parceiro leal e disponível para, na rigorosa medida das suas capacidades e competências legais, apoiar o Vitória, sempre no devido respeito pelas decisões dos associados.

Muitas serão, ainda, as ocasiões em que o Município estará ao seu lado para o apoiar nas soluções encontradas, porque a Câmara Municipal é, desde sempre, parte das soluções, nunca dos problemas.

Para que isso continue a acontecer, estamos certos de que os novos órgãos dirigentes saberão interpretar corretamente o seu papel, sem cedências a qualquer outro tipo de interesses que não os do clube.

Isso é o que exigimos, desde sempre, a todas as direções, com a reafirmação da nossa total disponibilidade para ser sempre parte das soluções.

Aos que agora terminam o seu mandato, a Câmara Municipal endereça o agradecimento da cidade e do concelho pelo trabalho desenvolvido; aos que esta semana iniciaram funções desejamos que possam realizar excelente trabalho e possam continuar a fazer do Vitória um dos grandes clubes de Portugal, o clube que leva sempre Setúbal mais longe.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista se associava, naturalmente, àquela saudação, mas queria deixar um reparo quanto à grande pressão que era colocada sobre a direção. Isso era legítimo por parte da Câmara Municipal, só não entendia porque é que nem sempre tinha sido assim em anos anteriores. De qualquer forma, era uma saudação que merecia a aprovação deles.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que se associava à saudação.

Sra. Presidente – Disse que estranhava a intervenção do Vereador Fernando Paulino. Não devia ter estado atento às exigências que a Câmara Municipal sempre tinha feito às anteriores direções. Agora, estava muito preocupado com as preocupações legítimas da Câmara Municipal, face à nova direção.

Relembrava que, por exemplo, na direção de Fernando Oliveira, muitas vezes tinham tido duelos, por exemplo, na comunicação social, para defesa intransigente daquilo que consideravam ser os interesses da Câmara Municipal, que estavam a ser violados.

Achava muito estranho estar, agora, preocupado com a nova direção e não com o Vitória de Setúbal. Pelo lado deles, estavam preocupados com o Vitória Futebol, mas era evidente que era a direção que ia resolver os problemas e que tinha a missão de resolver os problemas que se colocavam ao Vitória, no seu dia-a-dia, como grande instituição que era.

O Vitória contaria sempre com a Câmara Municipal, dentro das suas capacidades e competências, para o apoiar e proteger, desde que não fosse utilizado para outra coisa que não fossem os fins recreativos, desportivos, de lazer, etc, que era aquilo que tinha que dar

aos seus associados e à cidade. Como grande instituição que se confundia com a história da cidade, era isso que tinha que dar.

Era isso que exigiam. Que não se confundisse aquilo que eram os objetivos do Vitória Futebol Clube e aquilo que pudessem ser os objetivos daquela ou de outra direção qualquer. Relativamente a esta direção, as coisas tinham sido colocadas assim, quer naquela declaração, que era um bocadinho mais reduzida do que aquela que tinha feito no dia da tomada de posse.

Quando o Vitória precisava da Câmara era atendido na hora. Tinha sido assim com esta direção, tinham tomado posse na hora. Tinha pedido o Salão Nobre à uma da tarde e às 6 da tarde o Salão Nobre estava disponível, com um Moscatel de Honra e com tudo o que era preciso dar ao Vitória Futebol Clube. Era na hora, com esta ou com outra direção qualquer. Não percebia a baralhação ou o incómodo que estava subjacente às palavras do Vereador Fernando Paulino.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria associar-se àquela saudação, valorizar a iniciativa da tomada de posse no Salão Nobre da Câmara Municipal, reafirmar a saudação à nova direção do Vitória e ao clube, mas, também, associando-se à incompreensão da Sr.^a Presidente relativamente à estranheza das palavras do Vereador Fernando Paulino, clarificar aquilo que tem sido o posicionamento da Câmara Municipal para com o Vitória, com todas as direções do Vitória, e para com os clubes da cidade. Nos textos que tinham feito nunca tinham escrito nada nas entrelinhas. O que tinham que dizer e escrever tinham-no dito e tinham-no escrito, não deixavam recados nas entrelinhas.

Se o Vereador Fernando Paulino - cuja postura não associava à postura do Partido Socialista - entendia criar uma ideia de que era hábito escrever-se nas entrelinhas ou coisas do género, a leitura que fazia era que era um momento de infelicidade que o senhor vereador tinha tido, porque ficava uma insinuação que não era perceptível e não era compreensível, face àquilo que era a postura normal e a disponibilidade que tinham vindo a afirmar. Em anteriores discussões sobre o Vitória que tinham feito na Câmara Municipal, já no atual mandato, tinha ficado sempre clara a disponibilidade e o apoio da Câmara Municipal de Setúbal ao Vitória Futebol Clube, o principal clube da cidade.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que quem não tinha estado atenta tinha sido a Sra. Presidente. Ele tinha-se limitado a falar da saudação e até tinha dito que eram legítimas as preocupações que vinham na mesma. (Tinha dito isso, certamente estaria em ata).

O que tinha dito tinha sido que não era normal, nessas saudações, virem expressas essas preocupações, até porque já tinha havido cortes de relações institucionais, entre a Câmara Municipal e o Vitória Futebol Clube. Todos sabiam disso e a Sra. Presidente sabia melhor do que ninguém. Só queria dizer à Sra. Presidente que se tinha limitado à saudação.

Estava muito feliz por estar ali e por poder colaborar e participar nas reuniões da Câmara. A sua infelicidade, se houvesse, seria por outras razões, não tinha nada a ver com aquilo. Era uma pessoa muito feliz, era uma pessoa feliz. Se parecia o contrário, estivesse também mais atento.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que era, exatamente, para reforçar aquilo que a Sra. Presidente tinha dito. De facto, o Sr. Vereador Fernando Paulino estava desatento, porque convidava-o a visitar os diferentes textos trazidos às reuniões da Câmara nos últimos 2 mandatos e os parágrafos onde diziam exatamente o mesmo que aquilo que era ali colocado. Portanto, nada tinha a ver com esta direção, tinha a ver com um princípio.

Percebia a baralhação, mas, de facto, convidava-o a visitar esses textos, porque tinha ficado algo espantado com aquilo que estava ali colocado. Podia garantir-lhe, até pela responsabilidade de acompanhar essas áreas, que aquele enunciado e aquela formulação tinham sido escritos em diferentes momentos e tinham sido expressos em diferentes momentos, quer em aniversários, quer em saudações que tinham sido trazidas, sobre o Vitória Futebol Clube.



B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 11 de dezembro de 2019

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, não tendo havido discussão sobre a mesma.

2. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 02 de janeiro de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, não tendo havido discussão sobre a mesma.

3. Deliberação n.º 15/20 – Proposta n.º 01/2020 – GAP – Declaração do Rivoli – Suspensão da transferência de competências para os municípios – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 5.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que a proposta dizia muito pouco sobre o que se tinha passado no Rivoli, no Porto, quem tinha estado presente, qual tinha sido o contexto e quais tinham sido as várias propostas em cima da mesa. Apenas destacava uma declaração e nada mais.

Não tinham tido conhecimento dessa conferência. Por aquilo que tinha percebido, a senhora ministra também não tinha tido, nem sequer tinha sido parte. Aquilo que sabia era que a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que era a associação representativa, onde estavam todos os autarcas e não apenas parte. Falava-se em centenas, não sabia se estava lá, pelo menos, representada a larga maioria dos municípios. Podiam estar centenas de autarcas mas não representarem centenas de autarquias.

Sabendo que eram 308 autarquias, aquilo que sabia era que, tanto a ANAFRE como a Associação Nacional dos Municípios Portugueses não estavam a pedir, para já, pelo menos que tivesse conhecimento, a suspensão do processo para 2021. Essa sim, era a associação mais representativa, porque estavam todos incluídos, sem exceção.

Aquilo de que também tinha conhecimento, porque tinha sido dito pela própria ministra, no âmbito da Comissão do Orçamento de Estado 2020, era que iria fazer, ou já estava a fazer, um périplo por todas as CIM e pelas duas áreas metropolitanas, as 21 comunidades intermunicipais e as duas áreas metropolitanas, para fazer um levantamento exaustivo das preocupações dos autarcas, das dificuldades, das suas sugestões para a elaboração de um relatório que permitiria *“desenhar e pôr em prática medidas necessárias e adequadas, com vista à agilização de procedimentos, concretização do processo de descentralização, inclusivamente, também, as questões financeiras.”*

Eram palavras da senhora ministra, que tinha retirado da sua intervenção no âmbito do Orçamento de Estado 2020. Portanto, parecia-lhe que eram precisas mais explicações, que deviam ser dadas para poderem votar aquela declaração. A Associação Nacional de Municípios não pedia a suspensão, pelo menos que tivesse conhecimento, a ANAFRE também não, a ministra estava num roteiro para ouvir todas as autarquias, ia reunir com todas as 21 comunidades intermunicipais e as duas áreas metropolitanas, onde a Câmara de Setúbal tinha assento, naturalmente.

Portanto, parecia-lhe precipitado pedir já a suspensão do processo em 2021, sem, pelo menos, falar com a ministra e perceber se existiam condições, no âmbito dessas reuniões e

desse roteiro, para ultrapassar aquilo que as câmaras municipais, ou que a maioria das câmaras municipais, considerava que não estava assegurado.

Aquando da discussão da descentralização de competências tinham votado os diplomas setor a setor. O Partido Socialista tinha ao lado da CDU, nomeadamente, o diploma da Educação, que lhes parecia aquele que tinha mais problemas ainda por resolver. Portanto, não tinham uma posição dogmática sobre a matéria, mas também achavam que, para votar aquela declaração, naqueles e com o que estava a acontecer, parecia-lhe uma precipitação.

Sr. Vice-Presidente – Disse que não dizia que o Sr. Vereador Paulo Lopes tinha infelicidade na observação, mas tinha tido o azar ou a distração de não ter observado bem aquilo que tinha sido e decidido no congresso da Associação Nacional de Municípios. Não tinha tido em atenção as posições da esmagadora maioria dos municípios portugueses, quanto à inviabilidade da efetivação desta descentralização em 2021, não tinha tomado em atenção o facto de apenas 47 autarquias, no total das 308, apenas cerca de 50 é que tinham aceiteado a totalidade das delegações e outras tantas não tinham aceiteado nenhuma, sendo a maioria esmagadora, a maior parte delas, a considerar que não havia viabilidade para assumir, no quadro em que estava, esta delegação de competências ou descentralização.

O senhor vereador também não tinha tomado em atenção os valores que estavam na proposta de Orçamento de Estado para concretizar esta descentralização, que, ainda por cima, vinham com redução de verbas no Fundo Social Municipal, que não dotava o fundo da descentralização como devia. Portanto, as condições de inviabilidade estava o Governo dele, afanosamente, a cultivá-las.

O senhor vereador, estando ou não estando nessa conferência, não devia ter tido a informação daquilo que autarcas distintos do Partido Socialista, distintos e com responsabilidades, nomeadamente em termos de representação. Quem presidia à Área Metropolitana do Porto tinha tido uma postura claramente crítica, não tinha sido nas entrelinhas, do modo como esse processo tinha sido conduzido, considerando a invalidade da sua execução. Não considerava presidentes de outros municípios socialistas, que, enfim, tinham dito que assinavam e depois não assinavam.

A declaração era muito simples, não era nada de muito importante, mas era, num primeiro momento, concordante com autarcas de municípios com presidentes que representavam cerca de um terço da população do país. Será que isso não dizia nada ao senhor vereador? Isso tinha peso.

O facto de a Associação de Municípios não ter tratado devidamente essa questão com os municípios, com os seus associados, e ter ficado numa conversação com o Governo também era objeto de crítica e tinha sido criticado nessa conferência. Se calhar, ela tinha acontecido porque a própria Associação Nacional de Municípios não tinha criado no seu espaço um processo de diálogo e de auscultação, para preparar as coisas como deviam ser.

As consequências da falta de preparação acabavam por ser prejudiciais para as funções sociais do Estado, que o Governo estava a querer alijar para cima das autarquias sem lhes dar os meios para as cumprirem. Era a isso que levava essa preocupação. Era extemporânea? Não fazia sentido? A própria ministra, logo a seguir, tinha vindo dizer que tinha que acelerar o processo, mas, dois dias depois tinha recuado. Os autarcas disseram que sim, mas, depois, disseram que talvez também tinha acontecido com a ministra.

A imprensa estava numa ótica em que os autarcas tinham chegado lá e tinham dito: *“Sim, senhora, há toda a razão nesta posição. Mas, subscrever e assinar isto, talvez não...”* Tinham voltado atrás. Parecia que havia algum mérito na liderança do seu partido, em fazer infletir posições que eram relativamente óbvias e, por isso é que tinham sido tomadas. Não era para contrariar o Governo, era para contrariar a ineficácia de um processo que ia dar maus resultados para o país. Era só isso.

O que se estava a pedir era que se suspendesse a aplicação da Lei 50/2018, ela própria já contrariada em vários diplomas setoriais, com obrigações que apontavam para o início de 2021. Eram 10 ou 11 meses antes do início de um novo mandato, jogando como uma coisa a que estavam, infelizmente, habituados, que era a vontade de prometer muita coisa quando



chegava a altura das eleições e, depois, era ver autarquias e candidatos a prometer tudo e mais alguma coisa. Era o que não ia faltar, quando, daí a 10 meses, iam ter eleições. Aquilo entrava em vigor e a vontade de aplaudir e dizer que: “*Sim, senhor, somos muito capazes de fazer tudo*” - houvesse ou não houvesse dinheiro, houvesse ou não houvesse técnicos, houvesse ou não houvesse condições -, era muito boa.

O senhor vereador lembrava-se das discussões que tinham feito quanto aos decretos setoriais. Só na Educação e na Saúde, no primeiro ano, incluindo obras, naturalmente, em investimento e manutenção faltavam-lhes 19 milhões de euros. Achava isso razoável? Não era, porque o que queriam não era combater a Lei 50/2018. Não a queriam combater, queriam uma descentralização que descentralizasse, efetivamente, a responsabilidade e os meios para responder às funções sociais do Estado a que o povo português tinha direito. A manutenção em condições de funções sociais do Estado, que o Estado não estava a assegurar, nem em meios nem em pessoal, e quer alijar responsabilidades. Atirava para cima das autarquias sem descentralizar o orçamento, sem descentralizar os meios para assegurar essas funções que era preciso, na Educação, na Saúde, em tudo o mais.

Era uma questão prática e concreta e esses municípios representavam um terço da população do país, com ou sem assinatura, mais ou menos municípios a assinar, mas aqueles que lá tinham ido deviam fazer pensar. Se tinham lá estado representados os autarcas de dois milhões e oitocentos mil portugueses, então havia que perguntar como é que a Associação Nacional de Municípios tinha conduzido esse processo, se não tinha conseguido uma maioria mais alargada de concordâncias, já para não dizer um consenso total. Se consultasse o número das aprovações e das não aprovações da descentralização veria que o processo não tinha sido normal. Era disso que se tratava, não era nada de querer puxar para trás, era de querer fazer mas bem, para que as pessoas não saíssem prejudicadas. Era só isso.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que já tinham debatido aquela matéria diversas vezes. Era fundamental que a descentralização não fosse uma questão tão partidarizada mas fosse uma questão política, do ponto de vista da necessidade política da decisão, porque havia necessidade de descentralizar, e do ponto de vista do que significava a descentralização, que era o equivalente a uma reforma do Estado.

Essa seria, provavelmente, uma das principais reformas de Estado que poderiam executar e, atendendo à dimensão e ao respeito que devia existir pela autonomia de cada um dos municípios, tinha que ser feita de uma forma muito mais englobada. Isso era evidente. Por isso, é que, ao longo do tempo, tinham assistido a sucessivas correções ou tentativas de correção de uma intenção que não tinha sido executada com sucesso. Na parte em que não tinha tido sucesso, havia algumas questões que suscitavam preocupação.

Era evidente que era extremamente preocupante o facto de, à data, não existir, ainda, a mínima noção daquilo que era o valor para a ação social. Isso era um facto que, só por si, já devia levar a que, pelo menos, no mínimo, algumas competências, senão a totalidade delas, devessem ser adiadas. Essa matéria não necessitava de discussão com outros autarcas, porque a ação social envolvia fundos comunitários. A ação social era, por si só, uma área de competência do Estado muito sensível.

Portanto, a ação social devia ter sido das primeiras competências a ser colocadas em cima da mesa. Até era perceptível que não tivesse sido das primeiras, porque podia não haver, ainda, capacidade do Governo para preparar o “*dossier*”, de forma a entregá-lo aos municípios para eles o estudarem. Mas, se ainda não o tinha conseguido preparar – o que era evidente, porque ainda não tinha feito -, então tinha que adiar, porque, quanto mais tempo tardava menos tempo tinham os municípios para estudar.

Isso fazia com que aquela declaração tivesse pertinência e ia acompanhá-la favoravelmente. Não era um sentido de voto que fosse igual em todas as pessoas no PSD. Isso era mais do que sabido, mas sentia-se confortável em achar que o adiamento fazia sentido. Outra coisa, bem diferente, era achar que a descentralização não fazia sentido. Ela tinha toda a pertinência e as áreas a serem descentralizadas também tinham toda a pertinência.

A forma e a gestão política do processo, naturalmente, tinham que levar um caminho diferente. Não era preciso estar sempre a mudar as leis, havia muita gestão política nesse processo. Se havia a vontade do Governo de ir para o terreno e iniciar um roteiro com os autarcas, era dar-lhe tempo para os ouvir e fazê-lo sem a pressão de, em 2021, ter que despachar todos os “*dossiers*” e ter que entregá-los aos municípios, quer eles estivessem preparados ou não, independentemente da sua dimensão e da complexidade daquilo que cada um deles aceitava.

Não queria deixar de ressaltar duas últimas coisas. A primeira era que cada uma dessas competências podia apresentar diferentes problemas em cada um dos municípios. Podia haver municípios que até tinham um “*músculo*” fantástico, mas entregar-lhes competência na área da saúde, na área da educação ou na área da ação social, ou outra, aquela competência, naquele município, podia ser mais crítica do que em outros. Isso não estava salvaguardado e havia uma tipicidade única em cada município que tinha que ser observada com muito cuidado.

Isso levava à segunda questão, que, naturalmente, eram os envelopes financeiros. Voltava a frisar que seria muito pertinente que os dados que existiam sobre essa matéria, da parte do Município de Setúbal, pudessem ser discutidos numa reunião privada, não havia necessidade de os estar a discutir numa reunião pública. Não é que eles não pudessem ser públicos, a questão é que deviam ser objeto de estudo, objeto de análise e, depois, cada partido podia tomar a sua posição política sobre se aquele envelope financeiro era correto, ou não. Voltava a fazer esse pedido, caso contrário, em cada situação que ocorresse, tinham menos informação para poder decidir com mais propriedade.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, procurando acompanhar a intervenção do Vereador Manuel Pisco e do Vereador Nuno Carvalho – que também tinha acertado nas questões fundamentais -, de facto, era evidente que era necessária uma reforma do Estado que englobasse não só a municipalização, mas, também, a regionalização. Quando tratavam das matérias que queriam ver transferidas, muitas delas tinham âmbito intermunicipal e tinham âmbito regional, além da expressão municipal.

Portanto, fazer uma municipalização ou uma reforma do Estado focada na municipalização era fazer meia reforma e deixar as coisas um pouco ao abandono, do ponto de vista da intervenção supramunicipal. Era necessário fazer essa reforma, mas tinha que ter sentido, tinha que ter lógica e tinha que ter integração nacional, regional e municipal. Essa era a primeira questão.

A segunda questão era a questão dos direitos universais que estavam a ser transferidos, que ficavam, depois, ao sabor da capacidade financeira de cada município em garanti-los. Isso era inconstitucional. Não era possível transferir direitos universais que ficavam dependentes do município ter mais ou menos meios.

Na conferência, no Porto, tinham verificado que, por exemplo, havia um município, que parecia que era o mais rico do país, que, se fosse preciso casas, fazia casas, se fosse preciso centros de saúde, fazia centros de saúde, se fosse preciso pavilhões, fazia pavilhões, se fosse preciso escolas do 2.º e 3.º ciclo, fazia escolas do 2.º e 3.º ciclo. Mas, isso, era o município que garantia, ele próprio, esses direitos. Poucos municípios eram capazes de fazer isso, se é que havia mais algum. Alguém tinha que garantir esses direitos.

Tinham tido várias e diversas intervenções e depoimentos de municípios que tinham aceitado transferências, em termos piloto, que eram uma catástrofe. Os municípios tinham recebido coisas que custavam 10 e eles pagam 100, senão as coisas não funcionam. Não havia nem mais um cêntimo do Estado. Tinham recebido “*x*” trabalhadores e tinham que ser “*x*+10+20+30”. Pagavam os municípios e o Estado não metia aí mais nada. Havia mesmo um município que tinha devolvido as escolas do 2.º e 3.º ciclo ao Estado, por incapacidade total de poder garantir o funcionamento normal das escolas com os meios e recursos que o Estado lhe tinha entregado.

Era com esses depoimentos, muito vivos e muito poderosos, de quem lá tinha estado, de municípios de grande dimensão e de média dimensão, que se percebia a irracionalidade e a

irresponsabilidade da transferência que estava a ser feita e, mais, a irracionalidade e a irresponsabilidade da Associação de Municípios que, nas costas dos seus municípios, tinha “cozinhado” com o Governo essas medidas, sem fazer a discussão que o Governo, agora, dizia querer fazer. Nem o Governo nem a Associação de Municípios tinham feito a discussão. Os sinais de preocupação eram tremendos no país inteiro, de todas as áreas político-partidárias, porque eram pessoas que, nos seus territórios, entendiam que, com essa descentralização ou transferência de competências, iam fazer pior do que aquilo que se fazia e iam prejudicar os seus munícipes. Portanto, era necessário ter em conta essas notas que as pessoas tinham colocado. Não estavam a falar de irresponsáveis, estavam a falar de presidentes de câmaras muito relevantes, que tinham 2 milhões e tal de pessoas, nesse caso concreto, e havia de haver outros que também tinham esse problema, que verificavam que, com os meios que estavam a ser colocados em cima da mesa, não podiam cumprir as funções que eram colocadas. A isso chamava-se responsabilidade dos autarcas e isso tinha que ser encarado com o devido rigor.

Depois, havia uma outra questão que achava interessante, que era o facto de, finalmente, da parte do Governo, ter havido um sinal de abertura. A aprovação dessa decisão do Rivoli era uma ajuda ao Governo, porque ia permitir-lhe dizer: “OK, os municípios estão a pedir uma reflexão mais larga, então vamos fazê-la.” Era um pouco o que estava a fazer a ministra. A aprovação de pedidos, de recomendações, de sugestões e de deliberações, no sentido de alargar o prazo, de se fazer uma reflexão mais consistente, mais séria, mais próxima dos municípios, era uma boa ajuda a quem, no Governo – como era o caso da ministra – parecia entender que isso não podia ser assim. Portanto, quanto mais moções dessas fossem aprovadas no país inteiro mais seria possível sustentar a posição dessa ministra, que parecia correta, ao contrário de quem, antes dela, tinha decidido esse processo de transferência absolutamente inenarrável.

Se, naquela mesa, todos estavam interessados num debate profundo dessa matéria, então todos deviam votar na proposta, quer aqueles que defendiam mais a posição do Governo, quer aqueles que defendiam menos a posição do Governo, em prol dos munícipes, numa ajuda para com aquela ministra, que estava empenhada nesse percurso, para ela não ser travada.

Tinha percebido que alguns dos municípios que tinham estado na conferência do Porto tinham tomado uma posição, tinham votado, e, depois, tinham tido um “aconchego” e tinham começado a afastar-se da posição. Estava a falar de municípios socialistas que, claramente, tinham feito um discurso e tinham tomado uma posição e, depois, mais tarde, alguém tinha falado com eles. E eles, enfim, não se tinham dissociado completamente, mas não tinham avançado tanto quanto tinham feito na própria reunião. Isso era um erro grave, porque era preciso mesmo fazer esse adiamento, era preciso mesmo fazer essa reflexão e temia que, se não houvesse posições suficientes no país inteiro, que quem no Partido Socialista defendia a racionalidade do processo fosse derrotado dentro do Partido Socialista. Portanto, era muito importante a aprovação daquela moção.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que queria associar-se à intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal e do Sr. Vereador Manuel Pisco e, também, quase na totalidade, com a ressalva de um pequeno pormenor - as diferenças políticas também se refletiam nisso -, com a declaração do Sr. Vereador Nuno Carvalho, pelas razões que gostaria de afirmar, procurando não repetir, fazendo só uma ressalva numa situação ou outra.

Uma questão importante, ao fazerem aquela discussão, era recordar o que estavam a votar em concreto, que era aquela declaração, não era outra coisa qualquer, era a afirmação daquela declaração.

Ao contrário do que o Sr. Vereador Nuno Carvalho tinha referido, que o que era importante naquela discussão era menos posições partidárias mas mais posições políticas, aquela declaração e aquela iniciativa do “Jornal de Notícias” e da Câmara Municipal do Porto, introduziam, de facto, essa questão. Tinham sido iniciativas que não eram partidárias, tinham sido iniciativas políticas, de tal forma a participação tinha sido abrangente.

4

Infelizmente, não tinha tido a oportunidade de estar presente, mas havia questões que reforçavam e davam-lhes razão para, até em unanimidade, poderem, na Câmara Municipal, subscrever aquela declaração.

Uma primeira razão era o facto de ainda não terem tido qualquer resposta por parte do Governo às questões que tinham sido levantadas numa deliberação da Câmara Municipal a dúvidas e contradições. Havia aspetos que ainda estavam por clarificar nos diplomas setoriais e nos mapeamentos e nas propostas de envelopes financeiros que tinham sido apresentados às autarquias.

Não era, apenas, um problema de envelopes financeiros, mas, também, um problema de mecanismos processuais. As câmaras não tinham condições e estavam limitadas pela lei para assegurarem o cumprimento das funções e das competências que estavam previstas na legislação. Nas áreas da Saúde e da Educação isso era claro.

De tal forma era claro que, contrariando a Lei de 50/2018, era o próprio Governo que não aplicava a lei conforme dizia, porque, por exemplo, no caso dos municípios que tinham aceite as competências, nas competências que tinham aceite, não as tinham transferido na totalidade. Era falar com o Município de Lisboa, era falar com o Município do Montijo, para ver como é que estava a ser aplicada a transferência de competências. Tinham transferido uma parte das competências, não tinham transferido todas.

Ainda no dia anterior, o representante da DGESTE no Conselho Municipal de Educação tinha afirmado, no papel que lhe cabia, que se previa para 2021 a transferência das competências com exceção dos refeitórios escolares e não era isso que a lei previa. A lei previa a transferência da totalidade das competências. Se o próprio Governo ou os representantes da Administração Central já estavam a dizer que não iam transferir tudo, isso era um exemplo da grande embrulhada em que estavam metidos.

Como o senhor vereador tinha referido, a declaração não conflituava com a iniciativa que o Governo dizia que a Sra. Ministra Alexandra iria desenvolver, era um apoio. Recordava que, na leitura clara e concreta do que estava na declaração, aqueles municípios instavam o Governo a suspender de imediato a aplicação da Lei 50/2018, 16 de agosto, quanto à obrigatoriedade de transferência em 2021 de todas as competências nela previstas para os municípios, tendo em vista retomar o procedimento negocial com os autarcas.

Se houvesse municípios que entendessem que estavam em condições de aceitar essas competências, nada impedia que o fizessem, nem a declaração apelava a que não o fizessem. Portanto, estavam perante uma declaração que deixava à liberdade, ao critério, à opção política é à compreensão política de cada município fazer o caminho que melhor entendesse.

Podia ter uma opinião sobre qual era o caminho que todos deveriam fazer, mas - e bem - achava que aquela declaração era clara, simples, concisa e política, não partidária.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que apenas queria sintetizar a posição da sua bancada, para que ficasse clara. Indo ao encontro daquilo que o Vereador Carlos Rabaçal tinha dito, pensava que esta ministra estava muito motivada em relação àquela descentralização de competências. Portanto, tinha elencado o ano de 2020 como um ano de muito trabalho e tinha pegado imediatamente na matéria.

Esse roteiro para ouvir as autarquias, para ver se o cenário quase catastrófico que ali tinha sido relatado por outros autarcas ou que outros autarcas tinham relatado na dita conferência do Rivoli, se tinha soluções imediatas ou se não tinha. Portanto, pensava que essa análise ia ser feita e estava a ser feita pelo Governo.

Também não metia a mão no lume, a dizer que em 2021 aquilo podia avançar, ou não. Obviamente que a ministra podia chegar a um ponto, depois de ouvir todas as autarquias que ia ouvir, e dizer que não havia condições e que iam suspender. Portanto, até acreditava que podia ser uma possibilidade.

Por isso, era extemporâneo estarem a votar uma declaração antes de o próprio Governo e antes da maioria dos municípios falar com os governantes a pedir a suspensão. Era essa a posição deles e, por isso, não podiam votar favoravelmente a moção, mas também não iriam

votar contra, porque entendiam que havia ainda muito tempo de trabalho, existia esse roteiro para ouvir todas as autarquias, que era fundamental para se poder perceber, caso a caso. Efetivamente, tinha que ser visto caso a caso.

Antes de ali chegar, tinha tido algum cuidado em perceber o que é que tinha sido dito. Podia chegar ali e nem sequer dar grande discussão, mas aquela discussão era mesmo muito importante para quem era autarca e estava envolvido no Poder Local. Aquela ministra estava, efetivamente, de boa-fé e queria que a descentralização de competências fosse uma realidade, ao contrário do que, por exemplo, tinha acontecido com a questão das juntas de freguesia noutro governo, que tinha sido decidida a régua e esquadro e era assim, ponto final. Esta ministra estava a ter essa sensibilidade, o que era muito importante para o sucesso da medida.

Todos tinham posições diferentes em relação à descentralização de competências. O PCP desde o início que se tinha manifestado no sentido de a regionalização dever ser o caminho e não aquele caminho da descentralização de competências. O PS e o PSD tinham tido um caminho diferente e tinham apostado nisso, mas já a própria questão dos transportes, de que todos estavam a beneficiar nas várias áreas metropolitanas e nas várias CIM, tinha sido conseguida com a delegação de competências dos transportes para os municípios, que, depois, tinham delegado nas comunidades intermunicipais ou nas áreas metropolitanas. Era um bom exemplo de como os municípios tinham e se podiam entender e dar soluções mais próximas das pessoas.

Não ia entrar na discussão dos transportes, mas queria dizer que a delegação de competências da Administração Central para as autarquias locais era, efetivamente, um caminho e era algo muito positivo.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que só queria acentuar uma questão, a propósito da discussão. Em primeiro lugar, aquela proposta era uma proposta de demonstração de responsabilidade política da Câmara Municipal de Setúbal. Era disso que estavam a tratar.

Por outro lado, sentiam que, naquela dimensão e naquela discussão, a opção não podia ser uma opção partidária, tinha que ser, efetivamente, uma opção política. Essa era, também, uma conclusão que se tirava daquilo que tinham sido algumas das consequências da declaração do Rivoli.

Não tinha sido por acaso que tinha sido no Rivoli. Recuperando o cancionário da música portuguesa, *“tu eras aquela que eu mais queria, para te dar algum conforto e companhia.”* Os autarcas portugueses, mesmo vendendo o seu rubi, não podiam ser desleais para aquilo que era a sua matéria e a sua obra-prima, que eram as populações, que eram os seus territórios. Portanto, não podiam ouvir a mesma canção que o Governo lhes queria cantar, por causa das preocupações das populações.

Recordava que o Vereador Paulo Lopes, havia alguns meses, tinha colocado algumas reservas sobre o sentido que os vereadores da CDU tinham tomado relativamente ao diploma da ação social. Já tinha referido em outras intervenções, mas valia a pena recuperar. O Sr. Vereador Paulo Lopes tinha dito que não era justo que estivessemos a fazer uma apreciação, porque ainda se desconhecia o teor do diploma.

Como o senhor vereador sabia, a pergunta objetiva e concreta que tinham que fazer era que tinha havido um esboço de diploma – cria que se estava a referir à entrevista que tinha vindo no *“Público”* nos últimos dias, a propósito daquela matéria -, nomeadamente o diploma da ação social, e aquilo que a senhora ministra dizia era que a previsão da conclusão daquele processo era para o verão de 2020. Estava dito nas declarações, podia partilhar com ele e com os restantes vereadores, a previsão da conclusão do diploma.

Queria dizer-lhe que, no quadro das responsabilidades da autarquia de Setúbal, que o núcleo estratégico da plataforma supraconcelhia para discutir essa matéria estava há 6 meses a adiar a realização da reunião, por desconhecimento para planificação de tudo aquilo que eram matérias de interesse superior, até no quadro da península de Setúbal, que tinham a ver, por exemplo, com o mapeamento das necessidades das respostas sociais. Portanto, a pergunta que se devia fazer, quando invocamos a necessidade de uma forma preventiva de

acautelar que essas competências tinham que ser consideradas no sentido da responsabilidade e dos meios. O Vereador Carlos Rabaçal tinha colocado uma questão que acrescentaria: Não se tratava só de direitos humanos, tratava-se de direitos constitucionais. Quando se falava de Rendimento Social de Inserção, quando se falava de beneficiários de um conjunto de prestações sociais, estavam a alterar a condição e a posição dos municípios relativamente aos seus concidadãos. Era dessa matéria que estavam a falar. Portanto, era bom que tivessem em consideração que essas matérias não podiam ser tratadas de uma forma avulsa, precipitada, considerando as dificuldades que se estavam a encontrar, nomeadamente, e em concreto, naquele diploma. Como é que os municípios tinham condições para assumir a transferência de competências?

A questão era muito simples: Queria o Partido Socialista - que, ainda há pouco, tinha dito estar preocupado com aquilo que era a questão superior do interesse dos setubalenses - tomar uma opção partidária solidária com o Partido Socialista e com o seu Governo, em detrimento daquilo que era uma questão em que os próprios vereadores já tinham demonstrado, também, relutância sobre aquela matéria?

Como dizia o Vereador Ricardo Oliveira, com aquela declaração não estavam a impor, não estavam a determinar absolutamente nada a quem quisesse aceitar a transferência de competências, mas a deixar claro aquilo que devia ser assegurado.

Era estranho, o Governo do Partido Socialista, através da senhora ministra - que, curiosamente, também tinha tomado em mãos uma área das mais problemáticas, que era a área (e o diploma) da Educação, pela qual tinha tido responsabilidade direta na última legislatura -, agora parecia preocupado em ouvir os municípios. Ainda bem que assim era. Seria muito bem-vinda para ouvir, mas parecia-lhes que seria prudente e sensato, da parte do Partido Socialista, considerar essa declaração e, depois, ouvir a letra que cantava o Rui Veloso. Seria interessante e, se calhar, podiam ouvir a mesma canção, se votassem ali aquela declaração.

Sra. Presidente – Disse que não dizia que ninguém estava contra a descentralização, mas quase todas as pessoas estavam a favor da descentralização. Tinha sido isso que tinham ouvido no Congresso dos Municípios, tinha sido isso que tinham ouvido em reuniões sucessivas entre os autarcas das áreas metropolitanas. Tinha sido isso que tinham ido fazer ao Rivoli.

No Rivoli tinham estado municípios que, não se revendo na Associação Nacional de Municípios, tinham entendido reunir - uns que se reviam e outros que não se reviam, mas que eram associados - e discutir essas matérias.

Tinham lá estado grandes municípios - tinha lá estado o município com a maior população de Portugal, que era Sintra -, Sintra, Oeiras, Porto, Gaia, etc, e tinha lá estado o nosso município, que era de média dimensão, comparativamente com muitos outros municípios que não tinham os mesmos problemas que o nosso, nem iam sentir a descentralização da mesma forma que o nosso. Não podiam comparar Boticas ou Oleiros, que tinham 3 mil habitantes ou 5 mil habitantes com municípios de 500 mil habitantes, como era o caso de Sintra ou com 123 mil habitantes, como era o caso de Setúbal.

Não podiam comparar, não tinha nada a ver. Oeiras, que tinha dinheiro para, a suas expensas, resolver o problema da habitação, tinha o problema da habitação resolvido e ia construir mais casas, porque tinha excedente orçamental. Sintra, com o excedente orçamental, estava a fazer centros de saúde e a construir um novo hospital. Ainda bem para esses municípios.

Era tudo muito diferente e, de facto, a Associação Nacional de Municípios, não tinha tido em linha de conta uma discussão aprofundada, até por dimensão dos municípios. Por exemplo, fazer reuniões por dimensão de municípios, por características de municípios, por situações financeiras de cada um dos municípios, o que é que cada um podia, ou não, tomar nas suas mãos, na descentralização.

Portanto, aquele documento não era contra a descentralização, porque todos estavam a favor da descentralização, fossem do PSD, fossem do PS, fossem da CDU, fossem independentes.



Alguns deles já tinham à sua responsabilidade alguma descentralização, sendo que a maior parte não tinha nenhuma área, mas quase 90 por cento tinham poucas, não tinham ainda na totalidade as áreas de descentralização assumidas.

O que era muito baixo era alguns municípios terem recebido a descentralização e, depois, pedirem na Área Metropolitana de Lisboa: *“Alguns municípios da CDU refilem. Refilem, porque isto é inadmissível e é injusto”* - e eles diziam-lhes que havia qualquer coisa que não estava a bater bem: *“Mas, o seu município votou todas as áreas de descentralização e, agora, está a pedir à CDU para refilar, que é para, depois, ir a reboque da CDU, para ver se alguma coisa de bom lhes acontece?”*

Esses municípios deviam ser excluídos daquilo que de bom pudesse acontecer. O problema é que não sabiam como é que iam resolver as finanças desses municípios. Tinham dito que sim ao seu partido e, depois, logo se via o que é que acontecia. Depois, pediam nos corredores ou pediam nas reuniões para o vizinho do lado refilar e votar contra, para ver se, a reboque o alguma coisa de bom lhes podia acontecer. Isso era é vergonhoso.

Esse documento tinha sido um bocado tratado com os pés e também era exemplo da falta de sensibilidade, da falta de responsabilidade e da falta, até, de honestidade política, por quem tinha essa pasta no anterior governo, porque vinha do mandato da legislatura anterior.

Queria saudar a atual ministra, que tinha ficado com essa pasta na mão, pois, não sendo sua responsabilidade direta - tinha, de facto, a educação, mas não tinha essa responsabilidade -, após a conferência do Rivoli, que, pelo menos, tinha servido para isso, tinha vindo a terreiro dizer que estava disponível para conversar acerca da descentralização, nem que fosse um a um ou por áreas metropolitanas ou por CIM. Pelo menos, essa conferência tinha valido para isso, haver a admissão da hipótese de o prazo ser prorrogado.

Continuavam a dizer que não era admissível que fossem atribuídos 20 mil euros/ano para a conservação de uma escola. O Município de Setúbal tinha à responsabilidade 53 escolas, entre pré-escolares e escolas de 1.º ciclo que eram da sua responsável. Tinha 53 escolas e já tinha feito aquilo que a lei dizia para fazer, que era mudar aquelas que tinham amianto, mas, nas escolas da sua responsabilidade, o ministério, que tinha promulgado uma lei a dizer para os outros fazerem, tinha ido a uma mudar o amianto.

Todos tinham dito isso na conferência e tinham-no dito no congresso, mas não tinha valido de nada. As decisões do Congresso da Associação Nacional de Municípios, normalmente, não eram cumpridas. Se fossem ver as decisões dos congressos anteriores, que tinham sido votadas por maioria – e, algumas, por unanimidade - não tinham sido cumpridas, nem tinham intenção de cumprir, mas tinham colocado essas questões.

Não acontecia só aqui, acontecia em toda a parte do país. No dia a seguir a termos as escolas 2 3 ou as escolas secundárias em nosso poder devíamos ter logo uma manifestação à porta, para mudarmos imediatamente os telhados. Havia de ser giro.

A *“seriedade”* desses documentos era gritante. A Lei 50/2018 dizia que as escolas só podiam ser transferidas com a execução das obras. Em janeiro de 2021 estariam a manifestar-se, não as recebiam, porque nem sequer estavam a cumprir a lei. Alguém já tinha visto alguma escola a ser recuperada? Faltava um ano para a suposta transferência, mas ninguém tinha visto as escolas com os andaimes. Ainda tinham umas quantas para fazer isso, fazer o pavilhão desportivo em Azeitão, por exemplo, que era a pior. Não tinha visto isso e não deviam estar à espera que a fossem receber e não a iam receber. Estava em crer que isso iria ser adiado.

A Ministra Alexandra Leitão sabia muito bem da conferência do Rivoli. A conferência é que não tinha convidado para lá estar. Para ela ir dizer a mesma coisa que tinha dito no Congresso poucos dias antes ou ela ir repetir-se não resultava em nada. Portanto, depois de ela ver o que é que tinha acontecido, tinha tomado as decisões que eram públicas.

Na área da saúde era gritante. Nem sequer havia, ainda, dinheiros atribuídos, a um ano de se transferir competências. Nem sequer havia dinheiros atribuídos. Se no Garcia da Orta não havia urgências pediátricas, mesmo com as manifestações, o que aconteceria à porta da Câmara Municipal sem esse problema estar resolvido. O que é que aconteceria na habitação pública de iniciativa municipal, sendo certo que a habitação era um problema que os preocupava imenso. Tinha saído uma lei de bases que ainda não tinha sido regulamentada,

mas tinha uma data de legislação avulsa e, portanto, a lei remetia para a legislação avulsa, que já estava toda regulamentada.

Portanto, quando alguém pedia dinheiro ao Estado para fazer nova habitação ou para recuperar a já existente, remetiam para a legislação avulsa, quando a lei de bases dizia que o Estado tinha que a pagar na totalidade. Estava na lei de bases, eles é que a tinham feito, a Helena Roseta. Depois, quando queriam cumprir aquilo, quando alguém ia pedir o dinheiro, diziam que não estava regulamentada. Eram 11 diplomas e cortavam aqui e ali. Nem aquilo que acontecia nos quadros comunitários, que era pagarem, pelo menos, metade. Quando iam fazer contas com aquela legislação avulsa, tinham que pagar quase a totalidade, quando a lei de bases dizia que o Estado era responsável na sua totalidade. A trapalhada era imensa.

Nem a Associação de Municípios se tinha sentado com eles. Se calhar, tinha ouvido alguns associados, que não a eles. Portanto, achou que deveria colocar ao Governo uma série de questões, muito inócuas. A associação tinha pressionado mais em relação à área da Saúde e à área da Educação. Os maiores “pesos” que vinham de toda a parte eram essas duas áreas, mas havia outros municípios, por exemplo, o nosso, que, além dessas áreas, tinha a habitação social, ao contrário de Boticas e de Palmela - não era preciso ir mais longe -, que não tinham esse problema, ao contrário de Santiago, que não tinha esse problema, ou de Alcácer, que não tinha esse problema. Eram todos vizinhos, mas não tinham o nosso problema.

Mas nós tínhamos um outro problema agravado, que era o problema dos bombeiros, que só 7 municípios é que tinham mas não era contemplado: *“Passas tudo e mais nada. Já pagavas, continuas a pagar e cala-te.”* Tinha passado do ministro anterior e continuava, infelizmente, nas mãos do mesmo ministro que tinha levado 2 anos para os receber. Só os tinha recebido porque o Sr. Primeiro-Ministro lhe tinha dito que tinha que os receber. Fazia no próximo mês um ano que o Sr. Ministro da Administração Interna estava para lhes dar resposta à reunião que tinham tido. Quando fizesse um ano iam fazer uma manifestação no Terreiro do Paço. Portanto, não tinham resposta em relação aos bombeiros.

Era isso aquela descentralização, que tinha muitos setores, muitos diplomas sectoriais por esclarecer e por serem muito bem debatidos um a um, porque não eram todos iguais. Ainda bem que o país não era todo igual, porque, na sua diferença, tinha belezas imensas e tinha uma imensa diversidade, mas tinha que se tratado com equidade e com justiça e aquele não era um processo com equidade, nem com justiça.

Tinha sido isso que tinha acontecido no Rivoli. Pelo menos, a senhora ministra tinha dito que ia falar com eles e estavam contentes com isso, porque os estudos que tinham sido enviados para o ministro anterior, que se tinha estado nas tintas para eles, não tinham tido resposta. Continuavam sem resposta, mas também ainda era recente, o ministério tinha passado de mãos. Portanto, estavam convictos que com a senhora ministra iriam ter alguma resposta ou iriam ter, pelo menos, diálogo, o que era muito importante. Tinha alguma esperança no diálogo.

Por fim, em relação ao *“timing”* que tinha sido proposto para a descentralização de competências, de facto, era inaceitável, para não dizer outra coisa mais forte. O mais forte dir-lhes-ia pessoalmente, não o ia dizer ali. Quando se tratava de eleições legislativas, que podiam afetar os senhores membros do Governo, não havia nada daquelas complicações, que era para não beliscar as eleições legislativas. Quando se tratava de eleições autárquicas não queriam saber dos *“bandidos”* - os autarcas eram os *“bandidos”* - e, portanto, eles que se amanhasssem, que aquelas coisas fossem discutidas com paixão, sem discernimento, sem responsabilidade, sem uma boa informação, sem uma boa discussão e que fossem tratadas em cima do joelho e com paixão. O que interessava a alguns autarcas eram os votos. Portanto, logo no ano das eleições autárquicas discutia-se aquilo sem seriedade, sem profundidade, porque estava toda a gente a pensar o que é que ia acontecer: *“E se eu não aceitar? E se eu aceito isto? Se aceitar, pode ser a assinatura da morte financeira do meu município. Se não aceitar, vou ter aí as oposições a dizer que não quero é que se faça isto ou que se faça aquilo.”* Isso não é sério e é revelador da forma como o anterior ministro tinha



tratado e tratava os municípios. Portanto, também por via disso devia haver alteração do “*timing*” da descentralização.

Fizessem as eleições autárquicas e depois, seriamente, passassem competências. Depois, cada um decidiria seriamente acerca da “*batata quente*” que tinha nas mãos. No ano 2021 não era bom para nenhum autarca, fosse ele de que partido fosse ou que não tivesse partido. Todos os autarcas podiam exercer algumas competências em função da coação a que estavam sujeitos. Não era séria a forma como o Governo tinha tratado os autarcas e os municípios. Era a cereja no topo do bolo que tinha. Também se tinha tratado disso, tinha sido levantado por um autarca socialista, de Matosinhos.

Era só para verem a forma e a honestidade com que o poder central tratava o poder local. Que ficasse claro que também queriam a descentralização, não queriam era 20 mil euros por escola e que fossem acautelados os rácios do pessoal, que ainda não tinham sido calculados. A um ano da descentralização, os rácios de pessoal, que eram outra dor de cabeça nas áreas da Educação e da Saúde, ainda não tinham sido calculados.

Queriam a descentralização, mas iam discutir isso de uma forma séria. Achavam que, de facto, era o poder local que estava mais próximo dos problemas das populações, mas tinha que ter as devidas competências. Lembrava que só o Município de Setúbal recebia mais 600 pessoas no seu quadro de pessoal, só em relação às escolas, sem falar nos centros de saúde, etc, mas, como toda a gente sabia, de cada 10 trabalhadores 5 estavam de baixa. Embora não tivessem essa responsabilidade, muitas vezes eram os municípios que pagavam a mais assistentes, para os porem nos refeitórios, no acompanhamento dos recreios, etc. Eram os municípios que se substituíam ao Estado, para, as vezes, as escolas não deixassem de funcionar e fechassem. Quando viessem esses 600 iam ver o nível de abstenção.

Os nossos recursos humanos tinham 30 pessoas para 1500 trabalhadores. Quando tivéssemos mais 600, teríamos que ter, no mínimo, mais 7, 8, 9 ou 10 pessoas a trabalhar nos recursos humanos, para tratarem da gestão dessas pessoas. Isso não estava contemplado na descentralização.

Era por tudo isso que precisavam de se sentar com a Associação Nacional de Municípios ou com o Governo. A Ministra Alexandra Leitão, que era uma mulher de palavra, tinha dito que iam falar e conversar com todos, para verem o que é que ia acontecer.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 7 da CDU e 1 do PSD, e 3 abstenções, do PS.

4. Deliberação n.º 16/20 – Proposta n.º 11/2020 – DAF/DICONT - 1.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 1.ª ao Orçamento da Receita, 1.ª ao Plano de Atividades Municipais e 1.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 6 e 7, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

5. Deliberação n.º 17/20 – Proposta n.º 12/2020 – DAF/DICONT – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 1.ª ao Orçamento da Receita

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.º 8 e 9, não tendo havido discussão sobre a mesma.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

6. Deliberação n.º 18/20 – Proposta n.º 01/2020 – DURB/DITA - Isenção do pagamento das taxas inerentes ao pedido de comunicação prévia - Paróquia do Coração de Maria - Nova Azeda - São Sebastião

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 10, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 19/20 – Proposta n.º 01/2020 – DRH/DIGAT - Gestão dos recursos humanos em função do Orçamento e do Mapa de Pessoal aprovados para o ano de 2020 - Montante dos encargos

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 11, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 20/20 – Proposta n.º 02/2020 – DRH/DIGAT - Processo Disciplinar n.º 6/2019 – DRH/PH contra Ana Cristina Cordeiro Monteiro

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 12.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos a favor (“SIM”), 2 votos contra (“NÃO”) e 1 votos em branco.

9. Deliberação n.º 21/20 – Proposta n.º 03/2020 – DRH/DIGAT - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 13, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 22/20 – Proposta n.º 01/2020 – GAF – Adenda à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão, a União das Freguesias de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião “aquisição de massas asfálticas”

A Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 14 e 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 23/20 – Proposta n.º 02/2020 – DOM/DIHAB – Contratos de arrendamento apoiado – Alteração de valor de indemnização, por mora do locatário

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 16 e 17, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 24/20 – Proposta n.º 03/2020 – DOM/DIHAB – Aceitação de doações no âmbito do desenvolvimento do projeto “Férias no Bairro”, abrangido pelo programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 18, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 25/20 – Proposta n.º 04/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Normalização do Valor Patrimonial Tributário para efeitos de cálculo da Renda Máxima nos arrendamentos dos fogos municipais em Regime do Arrendamento Apoiado

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 19 e 20.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha uma dúvida, que não tinha a ver com a fórmula, mas com o resultado final. Havia dois bairros onde havia uma diferença substancial em termos de subida da renda máxima para o preço técnico, que tinha a ver, no seu entender, com o fator de localização, o Bairro da Brejoeira e o Bairro 2 de Abril. Queria saber como é que tinham chegado ao fator de localização.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinham aplicado as mesmas regras da lei que para todas as outras, eram o mesmo coeficiente e mesmo índice que se aplicavam para os edifícios normais. Era a mesma regra. Não inventavam, aplicavam a regra habitual, a do IMI.



A questão que se colocava era que, no caso da Brejoeira, que era um caso exemplar, eram pequenas vivendas que tinham um quintal. Se fossem para o valor patrimonial das Finanças não era esse valor, disparava brutalmente. Portanto, tinham encontrado uma forma mais equilibrada de o fazer.

Havia bairros que tinham rendas máximas muito elevadas, como era o caso do Afonso Costa, que tinham levado uma tarefa monumental e tinham baixado drasticamente, tipo 100 e tal euros, 200 euros, porque a renda máxima era elevadíssima, 400 e muitos euros. Era uma coisa muito elevada.

Depois, havia bairros que tinham rendas máximas baixíssimas. Não se entendia o critério da lei que tinha estabelecido esses preços máximos, na altura, para que houvesse uma diferença tão grande, nuns para baixo e noutros para cima.

Tinham tentado harmonizar o mais possível, tendo em conta as áreas, a localização, a tipologia, etc, encontrando uma justiça relativa mais equilibrada. Nas rendas máximas, o resultado era que tinham baixado 108 e tinham subido 32, das 140. Era esse o resultado final que tinham e era esse o significado que tinha.

No caso de Setúbal, as rendas máximas haviam de ser sempre uma coisa residual. Na maioria dos pedidos de habitação, quem tinha salário mínimo não entrava. O valor de acesso era tão baixo que quem tinha salário mínimo praticamente não entrava. Era uma situação em que o acesso à habitação, naquele momento, estava com valores de rendimento muito baixos. Depois, entrava a família, mas também com valores de rendimentos muito baixos.

Era uma situação difícil, precisavam de ter muito mais casas para dar resposta aos mil pedidos que tinham e aos 850 pedidos já registados e publicamente listados. Portanto, a renda máxima, nos próximos anos, seria sempre uma coisa muito residual e tinha sido sempre, historicamente, em Setúbal.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 26/20 – Proposta n.º 05/2020 – DOM/DIHAB/SEGAH – Venda de habitação pública municipal - Bairro 25 de Abril – Avenida Infante D. Henrique, 14 – r/c Dt.º

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 21 e 22, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 27/20 – Proposta n.º 06/2020 – DOM/DIHAB – Extinção de dívidas de renda de habitação pública municipal de pequeno montante de ex-arrendatários

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.



16. Deliberação n.º 28/20 – Proposta n.º 07/2020 – DOM – Empreitada CPU50/17/DOM – Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de S. Filipe - Extinção do contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.º 24 a 26.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria dar uma breve explicação em relação ao que estava ali em causa. A obra tinha evoluído com um determinado valor, cerca de dois milhões de euros, com o andamento dessa obra tinha sido verificado que a situação do maciço que estava a ser intervencionado era diferente do previsto que tinha justificado o projeto definido. Com a continuação da obra o LNEC e a COBA verificaram que o maciço estava praticamente todo oco e que era necessário fazer uma intervenção de sustentação, passando de vinte estacas aproximadamente para mais de cem estacas. No quadro legal que tinham não era possível manter nessa empreitada essa intervenção complementar, a futura intervenção seria claramente superior à atual e o valor claramente superior, rondaria os quatro milhões e meio, cinco milhões.

Foi acertado com o POSEUR e com a Direção Geral de Finanças que se extinguísse esse contrato, fosse fechada essa empreitada, fosse considerado o trabalho feito até à altura como uma primeira fase e se abrisse um novo aviso do POSEUR para uma segunda fase dessa obra, ou seja, seria fechada a obra que iria ficar designada como a primeira fase da obra, e seria aberta outra que iria ser designada como segunda fase da obra. O acordo tinha sido feito entre a Câmara Municipal de Setúbal, LNEC, COBA, Direção Geral de Finanças e com o POSEUR. Estava a ser preparado o aviso e a candidatura desse aviso que iria ser aberto especificamente para a segunda fase da obra da contenção da encosta do Forte de S. Filipe.

A situação detetada, segundo o Engenheiro chefe do LNEC, era uma situação completamente anómala e cuja fundamentação técnica levou o POSEUR a aceitar a possibilidade de um segundo aviso e de uma segunda fase dessa obra, com um projeto desenvolvido para dar resposta às necessidades da intervenção. Por esse motivo era proposta a aprovação da extinção do contrato para poderem abrir a segunda fase da obra.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 29/20 – Proposta n.º 08/2020 – DOM/DIHAB – Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Maxiclínica.

A Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 27 e 28.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se tratava de um protocolo sem custos para o Município, tratava-se de uma parceria de integração e apoio com Maxiclínica que seria dada aos moradores do bairro, devidamente identificados pelo programa nosso bairro nossa cidade. Os moradores dirigiam-se à Maxiclínica e teriam um apoio de intervenção dentária a custos reduzidos.

Estavam a tratar, também, com outras entidades a possibilidade de um reforço, porque os serviços de saúde estavam com muita dificuldade em dar resposta, e aquela comunidade tinha muita dificuldade em recorrer aos privados.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que já existia uma clínica social dentária do padre Constantino, da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, que prestava um serviço pioneiro naquela matéria e naquela parte do território. Gostaria de saber se tinha sido feita alguma

comparação de preços. Achava que não interessava entrarem em situação de concorrência, nem em competição de preços. A Maxiclínica prestava um serviço meritório, era uma entidade privada, e o padre Constantino julgava que era uma IPSS, com base em voluntariado. Não deviam promover a concorrência, os dois caminhavam com o mesmo objetivo, tratar da saúde oral.

A Maxiclínica tenha preços muito interessantes, não sabia se os preços da clínica social dentária seriam mais atrativos.

Sra. Presidente – Respondeu que eram mais atrativos.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que era isso que queria perceber, para não caírem numa situação de concorrência ou de privilégios.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal - Disse que só se ia preocupar com essa questão dali a dez anos, em relação à Maxiclínica, o preço tinha sido proposto pela empresa, era o preço que faziam em qualquer circunstância, não tinham discutido o preço, o que faziam era canalizar pessoas inscritas no programa, as pessoas eram identificadas e credenciadas e dirigiam-se à Maxiclínica onde lhes era dado esse apoio. Tratava-se de um projeto articulado com o programa “Nosso Bairro, nossa Cidade”, tinham uma comissão de acompanhamento das questões de saúde com representantes de todos os bairros e tinham uma relação com a ACES Arrábida, com o IPS Saúde, com todas essas entidades.

No caso concreto da clínica do Padre Constantino, tinha uma lista de mil pessoas, não havia problema de competição, as pessoas que estavam no programa e daqueles bairros, inscreviam-se todas ali. A clínica não tinha capacidade de resposta.

Portanto daqui a dez anos talvez houvesse um problema de preços e concorrência, de momento esse problema não se colocava.

O que tinham feito era encontrar mais uma oferta para dar resposta a uma necessidade muito relevante. Era uma oferta que não tinha concorrência possível era uma resposta que tinha sido trazida pela mão de uma empresa privada.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Referiu que tinha uma dúvida que se tinha levantado quando o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha respondido à sua questão. A cláusula número um, do ponto dois, não estava clara, dava a ideia que qualquer pessoa que residisse num bairro municipal tinha direito a este desconto, não estava claro que tinham que ser referenciados.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Respondeu que tinha, desde que fosse referenciado. Disse que o Sr. Vereador Paulo Lopes tinha feito bem em falar disso, porque esse programa inicialmente era direcionado para o “Nosso Bairro nossa Cidade”, era direcionado para os cinco bairros do programa, mas a Maxiclínica propôs alargarem para todos os bairros de habitação pública. Passaram então a credenciar pessoas de todos os treze bairros de habitação pública. Não havia capacidade de resposta para as centenas e milhares de pedidos que iam aparecer, portanto não existia problema de concorrência.

Sra. Presidente – Disse que os preços do Padre Constantino eram de cinco e dez euros, portanto a lista era muito extensa e mesmo assim existiam pessoas que para pagar esses preços se viam aflitas.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

h

18. Deliberação n.º 30/20 – Proposta n.º 02/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – apoio financeiro no período de janeiro a abril de 2020

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 29 e 30.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que queria deixar uma nota, não só sobre essa proposta em concreto, mas de forma genérica. Não era da responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal, as contas e obrigações de cada associação. Determinadas associações a partir de determinados montantes financiados por entidades que se encontrassem sujeitas à contratação pública, elas próprias também estavam sujeitas a regras de contratação pública. Conhecendo o trabalho daquela associação e aquilo a que se dedicava, era importante até pela proximidade existente entre o município de Setúbal e o associativismo, que se possa ir ajudando as associações de forma a que no futuro as pessoas que desenvolvam esse trabalho também possam estar conscientes das suas obrigações, certo era que essas obrigações não eram para com a Câmara Municipal de Setúbal e nem tinham que ter lugar nesse tipo de protocolos.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 31/20 – Proposta n.º 03/2020 – DCDJ/DIDES – Protocolos de colaboração e apoio financeiro às Instituições parceiras nos Projetos Desportivos Municipais “Desportivamente em (Re)Forma” e “Desporto nas Escolas de 1.º Ciclo – Natação”.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 31 a 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 32/20 – Proposta n.º 04/2020 – DCDJ/DIDES – Clássica da Arrábida em Ciclismo 2020-2022 – Contrato Programa.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 40 e 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 33/20 – Proposta n.º 05/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM – Cooperativa Cultural, CRL.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 34/20 – Proposta n.º 06/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio à Banda Filarmónica da Sociedade Filarmónica Providência.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 35/20 – Proposta n.º 07/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Animação de Setúbal – Centro Cultural de Setúbal – CRL

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 46 e 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 36/20 – Proposta n.º 08/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo Teatro do Elefante – Ação Cultural – C.R.L

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 48 e 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 37/20 – Proposta n.º 09/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Teatro Estúdio Fontenova.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 50 e 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 38/20 – Proposta n.º 02/2020 – DES/GABS – Aceitação de doações - Natal Solidário 2019

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Os Srs. Vereadores Nuno Carvalho e Sandra Gomes, ausentaram-se.

C) Período destinado à intervenção do Público

Sr. João Carlos Timóia – Disse que gostaria de saber se em relação ao tempo que mediava a apresentação do novo PDM ainda era possível apresentar uma pretensão, e se ainda haveria oportunidade de essa pretensão produzir efeitos.

Sra. Presidente – Pensava que havia outro senhor na sala para falar com a mesma questão. Depois de anos de discussão, de avaliação de alteração de legislação, o PDM finalmente ia a reunião de câmara no dia cinco de fevereiro. Depois dessa data existiam trinta dias para discussão pública, e nessa altura ainda podiam apresentar questões. De qualquer modo amanhã poderia tentar falar com a Arquiteta Rita Carvalho, no edifício dos Ciprestes, os serviços estavam de forma incansável a receber pedidos para tentarem dar a apreciação prévia antes de ir a sessão de câmara, e colocava-lhe a sua questão.

Sr. Augusto Cruz – Disse que no passado Sábado, no Largo da Misericórdia, estava um sem-abrigo a dormir na rua, ao frio, ele e um casal de estrangeiros que iam a passar ficaram sensibilizados, incomodados e envergonhados com essa situação. Informou que tem estado em contacto com a Procuradoria Geral da República por causa da dívida que o Professor Mata Cáceres tinha deixado quando saiu da Câmara Municipal de Setúbal.

Referiu que Portugal era um país de corporações e que isso tinha levado o país à miséria, criou oportunismo para alguns. Disse que há cerca de oitenta anos que eram recorrentes dois regimes, primeiro a ditadura, o estado controlava as corporações, depois as corporações passaram a controlar o estado, com a democracia tinha sido criada uma nova corporação a da classe política, com os gestores públicos que tomaram conta do aparelho do estado e das empresas públicas. Bastava ver as constantes nomeações que ocorriam com as mudanças de governo. A administração pública, as empresas públicas, as diferentes corporações, foram partidárias, as diferentes corporações usaram a democracia através das greves e das manifestações para obterem privilégios para os seus membros.

Mencionou a greve dos motoristas de matérias perigosas.

Sra. Dora Floriano – Disse que se tinha inscrito, em 2005, na Câmara Municipal de Setúbal, para tentar conseguir uma habitação social. Estava a passar por muitas dificuldades, já tinha vivido com duas crianças, durante 11 meses, numa carrinha, mas teve que sair por ordem da polícia. Como não tinha para onde ir, invadiu uma casa velha, sabia que não o devia ter feito, mas estava desesperada, não tinha para onde ir com os filhos. Viveu nessa casa com os filhos durante um ano, até que a polícia os retirou dessa casa. Como não via alternativa, invadiu outra casa onde residiu durante 3 anos, e foi novamente desalojada, trazia um documento com ela para mostrar à Sra. Presidente, já tinha sido desalojada três vezes. Como não sabia o que fazer, foi falar com um advogado e contou-lhe a sua situação. O advogado escreveu uma carta, em 2012, que entregou na Câmara, tinha o documento com ela que comprovava a entrega. Esperou na expectativa de uma resposta, mas até ao momento não a tinha obtido. Como continuava sem sítio para viver, invadiu outra casa, nessa teve mais dois filhos. Sofria muito com essa situação, não via saída para o seu caso. Entretanto continuava sem ter para onde ir e foi viver para casa da sogra. Para os quatro filhos não dormirem no

chão, a sogra saiu do seu quarto e cedeu-o para os quatro netos. Estiveram a dormir nessa casa seis meses, viviam também com eles os cunhados e os sobrinhos, mas as crianças não se entendiam e a sua sogra ficou aborrecida com a situação. Novamente ficaram na rua com quatro crianças, voltou a invadir uma casa. Foram informados por uns funcionários de um banco que essa casa tinha sido vendida, e tinham um prazo de duas semanas para sair. Continuava à espera de uma resposta da Câmara, estava desesperada, tinha duas semanas para sair daquela casa, não sabia para onde ir. Tinha tentado alugar uma casa, mas os valores das rendas iam desde os quinhentos aos mil euros, não tinha dinheiro suficiente para pagar esses valores. Estava desesperada, pedia a ajuda da Sra. Presidente.

Sra. Presidente – Disse que, nessas condições, estavam muitas pessoas, como o senhor vereador tinha dito. Não havia casas novas e não podiam pôr as pessoas na rua para outras entrarem. Estavam a negociar com o Governo, para ver se construíam casas novas, queriam construí-las. A Lei de Bases da Habitação contrariava outra legislação e estavam a fazer toda a força, para ver se, rapidamente, lhes davam meios para fazerem mais casas. Enquanto isso não acontecesse, não se conseguia. Se não tinham casas, não se podia fazer nada.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a munícipe tinha contado a história e tinha dito qual era o problema e tinha falado bem. Tinham acompanhado o caso dela e da sua família e de outras famílias que tinham problemas similares. A munícipe estava em 8.º lugar para T3, portanto, não estava 100.º lugar, nem no 200.º. Podia estar no 300.º, mas estava no 8.º lugar. Já tinha estado em 5.º, mas o problema era que a lista era constituída na base de critérios objetivos. Esses critérios determinavam a ordem da lista. Já tinham estado em 5.º lugar, tinham entrado pessoas com situações graves e tinham descido, tinham transitado para o 8.º lugar. Era uma aflição, mas a lista tinha sido atualizada, e tinham recuado um bocadinho. Com a atualização da lista, havia pessoas que avançavam e havia pessoas que recuavam. De qualquer modo, era esperar mais um bocadinho.

As questões de apoio ao arrendamento de emergência eram um problema da Segurança Social, que se limitava a atribuir o rendimento, mas não fazia esse apoio em caso de despejo, o que devia fazer até se encontrar uma solução definitiva. Podia-se procurar ajudar a encaminhar para a Segurança Social, para ver se, além do rendimento, era possível dar um apoio ao arrendamento. Havia situações dessas, de emergência, que tinham que ser resolvidas por quem de direito.

A questão de fundo era mesmo a questão de ter mais casas. Iam ter uma reunião com o ministro em fevereiro, para ver se era possível arranjar meios e recursos para terem mais soluções. A solução não passava só pelas casas que iam vagando. Isso não ia resolver coisa nenhuma, porque tinham uma lista de mil pessoas. Portanto, alojavam com muito gosto logo que vagava uma casa. Não havia casas vazias que não fossem imediatamente atribuídas.

Teriam muito gosto em que toda a gente que pedisse casa tivesse uma casa digna. Esse era o seu esforço, mas a sua competência, infelizmente, era gerir as casas que tinham. Só podiam atribuí-las quando as casas vagavam, de acordo com critérios que a lei lhes impunha. Não havia outra forma.

Era uma família estruturada, organizada e equilibrada, com 4 filhos. O que lhes apetecia dizer era: "OK, *tomem lá uma casa*", mas não tinham. As pessoas sabiam isso tão bem como eles. Portanto, o que podiam dizer era que iam continuar a procurar e eles iam ter que ver se conseguiam encontrar apoio da Segurança Social, para uma renda no esquema familiar. Tinham que ver se a área da inclusão podia dar uma ajuda nisso, a ver se conseguiam tempo para resolverem os problemas e o caso deles, como era um caso de 8.º lugar, era uma questão de tempo, que nunca sabia quanto era. Se não vagassem casas, podia ser um problema para 10 anos. Se vagassem casas, oito casas à manhã, podia ser logo à manhã. Nunca sabiam, não era possível saberem.

Portanto, era esse o problema que tinham. Até doía o coração ouvir as histórias que ouviam todos os dias, em atendimentos de dezenas de famílias, mas o quadro era esse. Naquele momento, era o que era possível dizer.

Sr. Joaquim Barreto – Disse que ia tentar, mais uma vez, explicar a sua situação, tal como já tinha explicado, verbalmente e por escrito, tanto na Segurança Social, como ali, sem qualquer resolução. Tinha vivido numa casa, no centro da cidade, com a sua família. Eles tinham falecido e tinha ficado sozinho na casa, onde já vivia havia mais de 40 anos.

Na altura, tinha mostrado a um técnico da Câmara as cartas a ameaçá-lo que tinha recebido e esse técnico tinha-lhe dito que havia pessoas que tinham mais dificuldade e que, por lei, não lhe podiam fazer isso.

Mal a sua mãe faleceu, só queriam que saísse da casa. Como não tinha para onde ir, porque tinha uma reforma pequena, tinha sido aconselhado por uma advogada a abrir uma conta na Caixa Geral de Depósitos para depositar as rendas, o que tinha feito, pagando-as todos os meses.

Julgava que o assunto estava resolvido, mas, passados uns tempos, tinham voltado a ameaçá-lo e desconfiou que pudessem ser outras pessoas a usar o nome dos donos do prédio. Tinha ido à polícia e tinham-lhe dito para não sair, porque o que queriam era não lhe dar uma indemnização, mas, logo no dia a seguir, tinham posto uma camioneta à frente da casa, com funcionários do tribunal e uma ordem do juiz de Évora, acompanhados pela polícia, para arrombar a porta, se fosse preciso. Tinha ficado sem abrigo e sem coisa nenhuma.

Tinha ficado uns dias na Amora, Seixal, e a polícia tinha-lhe dito para ir à Segurança Social, que as assistentes sociais costumavam arranjar casa para casos específicos. Aí, a única coisa que lhe tinham dito tinha sido que tinha uma reforma e que alugasse um quarto.

Continuava a viver em quartos e tinha um processo na Câmara havia cerca de 10 anos. No outro dia, tinham-lhe dito que esses anos não contavam nada a partir da atribuição dos pontos, que tinha sido feita havia pouco tempo. Só a partir daí é que contava. Tinha direito a um T1, mas o processo estava sempre na mesma. Como tinha 2 pontos, havia alturas em que tinha pessoas a passarem à sua frente. Portanto, levava a vida nisso e ninguém resolvia nada.

Sra. Presidente – Disse que, como já tinha dito antes, não se conseguia resolver porque não havia casas. Se o Estado, que tinha essa função e essa responsabilidade, não ajudava os municípios a cumprir essa função, os municípios não conseguiam de todo, sozinhos, cumpri-la, a não ser que fossem municípios que tivessem receitas próprias elevadas, como tinha explicado no início da reunião, como era o caso de Oeiras e outros assim, que tinham excedente orçamental e que conseguiam resolver esses problemas sozinhos. Não era o caso de Setúbal, que não tinha excedente orçamental e tinha um problema que ia sendo resolvido, que era financeiro e estrutural, gastava mais do que aquilo que recebia.

Tínhamos três bairros sociais e uma Companhia de Bombeiros Sapadores que não deveria estar na alçada do município. A Companhia de Bombeiros Sapadores não resolve só os problemas do município, resolvia os problemas do país, e, às vezes, do estrangeiro. Dependia de onde a chamavam, mas quem pagava àqueles homens era a Câmara, que estava numa situação de desigualdade com outros municípios, que não tinham esse investimento. Não era propriamente um custo, porque era bom ter essa companhia, mas esses custos deviam ser repartidos com o Poder Central. Tinham essa estruturação entre receitas e despesas e, portanto, não tinham que se substituir ao Estado na resolução desse problema.

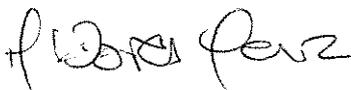
O Estado tinha transferido para o município casas do antigo Fundo de Fomento da Habitação, do atual IHRU, havia alguns anos e as casas tinham vindo em muito mau estado. Tinham vindo a recuperar as casas, mas, como não havia mais construção, só quando alguém falecia ou se mudava é que havia uma casa vaga. Só aí é que iam subindo as mil e tal pessoas que estavam na lista.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e vinte e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 5 de fevereiro de 2020, por unanimidade, contém 29 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Carlos Mendes
Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio